Ata da Assembleia Geral Ordinária da Amorville – Associação de Moradores do Condomínio Ville de Montagne

Data: 14 de agosto de 2025 Formato: Híbrido (presencial e virtual)

A Assembleia Geral Ordinária da Amorville teve início às 19h30 do dia 14 de agosto de 2025, em segunda chamada. O Sr. Reinaldo Magalhães Redorat (1/65) foi eleito por unanimidade para presidir a Assembleia, sendo a Sra. Cecília Vianna (26/40) indicada como Secretária. Abrindo os trabalhos, o Presidente da Assembleia pactuou com todos os presentes que a reunião deveria transcorrer em clima amistoso e que se houvesse algazarra como se tornou corrente em ocasiões anteriores, os trabalhos seriam interrompidos e a Assembleia encerrada por não oferecer as condições mínimas para sua continuidade, ficando gravado em Ata as razões e a responsabilidade a quem de direito pelo impedimento. Disse ainda que havia presidido uma Assembleia em tempos passados na qual ficou determinado que as sessões não ultrapassariam o horário das 23h00, para se evitar excesso de intervenções e longos e desnecessários discursos. Assim, não havendo nenhuma determinação em contrário em Assembleia posterior àquela mencionada, os trabalhos seriam encerrados pontualmente às 23h00. Em continuidade, o Presidente leu o Edital de Convocação com a seguinte pauta: 1. Prestação e deliberação das contas referentes aos meses de julho e agosto de 2024 da Gestão 2022/2024; 2. Deliberação sobre a recomposição dos recursos utilizados nos meses de julho e agosto de 2024, nos termos do Art. 60 do Estatuto da AMORVILLE, mediante taxa extra ou a não recomposição dos recursos utilizados; 3. Prestação e deliberação das contas do período de setembro de 2024 a maio de 2025; 4. Deliberação sobre a recomposição dos recursos utilizados nos meses de setembro de 2024 a maio de 2025, nos termos do Art. 60 do Estatuto da AMORVILLE, mediante taxa extra ou a não recomposição dos recursos utilizados; e 5. Discussão de outros assuntos de interesse dos associados. Dada a palavra ao Presidente da AMORVILLE, Sr. Silvio Avelino (12/36), este registrou uma incongruência no Estatuto, que não prevê formalmente a prestação de contas do exercício anual completo. No entanto, o mesmo Estatuto determina que a administração deve apresentar e prestar contas em Assembleia realizada na primeira quinzena do mês de agosto. É com base nessa diretriz que a atual gestão tem conduzido o processo de prestação de contas, até que seja possível corrigir essa divergência por meio da atualização do Estatuto e do Regulamento Interno, com a devida adequação dos prazos. A revisão estatutária deverá ser realizada em breve, especialmente em razão das definições legais trazidas pela Lei de Muros e Guaritas (PLC nº 61/2024 - Lei Complementar nº 1.044/2025), que conferiu à Associação a segurança jurídica necessária para manter seus muros e portaria. O Presidente da Amorville informou, ainda que tão logo se conclua o processo de regularização dos lotes remanescentes do Condomínio Ville de Montagne — processo este que já se encontra em estágio avançado — será convocada nova Assembleia para que os moradores possam deliberar sobre os próximos passos da Associação, incluindo sua forma jurídica e organizacional. O Presidente da Amorville recomendou que todos figuem atentos aos futuros chamamentos, informando que a previsão é de que essa nova Assembleia ocorra a partir do mês de outubro de 2025. O morador Sr. Wagner Vieira (15/27) levantou uma guestão de ordem, solicitando o cancelamento da Assembleia. Alegou que o Estatuto da Associação prevê a prestação de contas anual, e não parcial, e informou que ele e a Sra. Maria José (16A-50) estão pleiteando judicialmente a nulidade da Assembleia realizada em 15 de agosto de 2024, bem como das eleições subsequentes. Alegou ainda que o Conselho Consultivo do biênio 2022–2024 seria "absolutamente suspeito". Em referência ao atual Conselho (2024-2026), questionou sua atuação. Mencionou que somente em 10 de agosto de 2025 o Conselho atual teria solicitado esclarecimentos à Administração sobre as contas referentes a setembro de 2024. Afirmou que, ao procurar a Administração, foi informado pelo diretor financeiro, Sr. Geraldo Corrêa (23/11), de que até aquele momento o Conselho não havia retirado um único movimento contábil para análise, mesmo após cinco ou seis meses. Enfatizou que, embora a prestação

189390

Me de Principio e Registro

18 9 3 9 0

de contas anual seja obrigatória à Assembleia, a principal obrigação da Administração é realizar prestações mensais. Criticou a prática da apresentação acumulada de contas como teria ocorrido anteriormente — e solicitou que todas as prestações de contas, inclusive as passadas, sejam analisadas pelo Conselho atual, e não pelo anterior. Com a palavra a moradora Sra. Patrícia Coimbra que afirmou que o problema da sobreposição de prazos entre o término do mandato e a necessidade de prestação de contas — é recorrente e decorre de uma falha estatutária, cuja correção deve ser feita por meio de reforma do Estatuto, e não em Assembleia ordinária. Observou ainda que, devido à eleição marcada para setembro, há dificuldade em consolidar todas as contas até agosto. O Presidente colocou em votação se os participantes da Assembleia concordavam com a suspensão dos trabalhos, requerido pelo morador Wagner Vieira ou se seria dado continuidade aos trabalhos. O resultado da consulta foi de 31 votos a favor e 7 votos contrários à continuidade da sessão, considerando os votos presenciais e virtuais. O Sr. Wagner Vieira solicitou, então, a inversão da ordem da pauta, propondo que a utilização dos recursos do fundo de reserva fosse discutida antes da aprovação das contas. A mesa decidiu manter a ordem original da pauta sob o argumento de que seria necessário aprovar as contas antes de deliberar sobre a recomposição do fundo de reserva, caso isso fosse necessário. Por fim, o Sr. Wagner parabenizou a condução da Assembleia, mas afirmou que, por discordar da decisão, levaria a questão ao Judiciário. Dando início à pauta, foi franqueada a palavra à moradora Sra. Patrícia Coimbra representante do Conselho Consultivo, biênio 2022-2024, composto, também pelos moradores Sérgio Knust (Presidente) e Christian Arrial, todos titulares. Afirmou que compete ao Conselho Consultivo examinar previamente as contas a serem apresentadas à Assembleia e emitir parecer; fiscalizar a atuação da diretoria; resolver casos urgentes submetidos pelo Presidente da Associação; atender às consultas formuladas pela administração. Por fim, a ex-conselheira destacou a importância de contextualizar aos novos moradores, hoje em um total de 1022 lotes, muitos dos quais talvez ainda não saibam que o Ville não é um condomínio formal, mas sim uma associação de moradores. Por isso, é fundamental esclarecer como funcionam as decisões coletivas e o regime jurídico da associação, que depende da participação ativa e consciente de todos. Aproveitou para convidar a todos os associados a se engajarem mais ativamente, vestindo a camisa da Amorville, a fim de fortalecer o trabalho coletivo e promover uma gestão cada vez mais participativa. Feitas as considerações preliminares, a exconselheira discorreu sobre algumas das correspondências trocadas com a Administração da Amorville e que fazem parte do PARECER DO CONSELHO CONSULTIVO referente aos meses de julho e agosto de 2024, a saber: 1- Devolução de valores cobrados irregularmente de condôminos relativo à taxa extra no período de 2020-2022, cujos valores foram devidamente restituídos aos condôminos; 2- Autorização de Transferência no montante de R\$ 256.915,00, do Fundo de Reserva para a Conta Movimento, em razão de bloqueio judicial reiteradamente nº 0701239-63.2018.8.07.0012). O Conselho esclarecimentos sobre multas e acréscimos e a apuração de responsabilidades pela situação, provocada pelo gestor da época que não havia iniciado determinada obra civil no tempo aprazado pela Justiça; 3- Desobstrução de via pública na quadra 3, por iniciativa do Conselho; 4- Processo 0722409-27.2018.8.07.0001: AMORVILLE arcou com honorários de sucumbência a despeito de decisão da Assembleia em sentido contrário; 5- Apontamento de irregularidades na Assembleia Geral Extraordinária de 29/06/2023, tais como: cerceamento da fala dos associados; parecer do Conselho não divulgado previamente; votação virtual anulada duas vezes por erros e enunciados tendenciosos; votações com textos diferentes do edital; associado votando com dois cartões; atuação autoritária do Presidente da Assembleia; falta de transparência nos resultados. Destacou ainda o teor de outra correspondência em que demonstravam preocupação com o comportamento agressivo e intimidatório de alguns associados durante as Assembleias e solicitavam medidas preventivas (administrativas, judiciais ou policiais) para garantir ordem, respeito e eficiência nos trabalhos, além da recomendação para que o tema fosse abordado antes da eleição da Mesa, culminando com a exigência de que as reuniões fossem gravadas integralmente, sem cortes, como registro oficial, de tal maneira que garantisse igualdade de

voz e segurança para todos os condôminos. Concluídas as considerações preliminares com a ressalva de que todas as informações formais do Conselho e da Administração estão disponíveis no site da AMORVILLE, assegurando a devida publicidade, transparência e acesso aos associados, a ex-conselheira procedeu à leitura do Parecer do Conselho Consultivo, em que considera que as contas dos meses de julho e agosto de 2024 podem ser aprovadas pela Assembleia de Associados, com ressalvas que demandam atenção e correções por parte da Diretoria, das quais merecem destaque as considerações anteriormente apresentadas, além de: 1- necessidade de orçar previamente os pagamentos de despesas com multa de IBRAM e honorários advocatícios, além das despesas com a "Feirinha do Ville"; 2- maior atenção na contabilização de valores; 3correção de inconsistências nos documentos contábeis; 4- necessidade de procedimento mais confiável nos suprimentos de caixa. Na sequência, o contador Sr. Bruno Rodrigues Silva, apresentou os principais elementos da contabilidade da Amorville referente ao período de julho a agosto de 2024. Colocada em votação a prestação de contas da AMORVILLE nos meses de julho e agosto de 2024, obteve-se 39 votos pela aprovação e 11 votos contrários, abrangidos aí os votos presenciais e virtuais, aprovada, assim, as contas do referido período. A seguir, deu-se início às discussões do item subsequente da pauta: "2. Deliberação sobre a recomposição dos recursos utilizados nos meses de julho e agosto de 2024, nos termos do Art. 60 do Estatuto da AMORVILLE, mediante taxa extra ou a não recomposição dos recursos utilizados". A palavra foi passada ao Presidente da AMORVILLE que sugeriu não haver necessidade de recomposição do fundo, evitando assim a instituição de taxa extra. Após esclarecimentos, incluindo a leitura dos artigos 59 e 60 do estatuto, a proposta de não recomposição do Fundo de Reserva mediante a instituição de uma taxa extra, foi aprovada por 41 votos a favor e 3 votos contrários, incluídos aí os votos presenciais e virtuais. Passando ao próximo item da pauta do dia: "3. Prestação e deliberação das contas do período de setembro de 2024 a maio de 2025", o morador e conselheiro Sr. Cleone José Garcia (18/58) apresentou à mesa uma correspondência em que solicitava o adiamento da discussão do item em apreço, em razão da impossibilidade material de análise dos documentos apresentados em tempo hábil, para que fossem apreciados pela Assembleia em curso. O Presidente da mesa, após a leitura do documento solicitou que o mesmo conselheiro explanasse viva-voz as razões do pedido, o que foi feito de imediato. Sugerindo que o assunto fosse tratado em nova Assembleia após o fechamento do trimestre junho-agosto de 2025, a fim de abranger o exercício completo (setembro/2024 a agosto/2025). Consequentemente, concluiu-se que o item subsequente "4. Deliberação sobre a recomposição dos recursos utilizados nos meses de setembro de 2024 a maio de 2025, nos termos do Art. 60 do Estatuto da AMORVILLE, mediante taxa extra ou a não recomposição dos recursos utilizados" também estaria prejudicado. ficando ambos a serem apreciados em nova Assembleia prevista para o dia 30 de outubro de 2025. Colocado em votação que os itens 3 e 4 da pauta do dia deveriam ser apreciados em nova Assembleia a ser realizada em 30 de agosto de 2025, às 19h00, a proposta recebeu 35 votos favoráveis e 1 voto contrário, considerados os votos presenciais e os virtuais. Passando ao último item da pauta, "5. Discussão de outros assuntos de interesse dos associados", foi abordada a questão da irregularidade no horário do recolhimento do lixo orgânico, com impacto na saúde pública o que permite a proliferação de animais silvestres como gatos, quatis, saruês, que espalham o lixo pelas ruas. A gestão da Amorville esclareceu que a empresa de coleta opera com rotas que, por vezes, exigem descarte antes de completar a ronda, retornando em seguida. A fiscalização do recolhimento é feita por meio de acompanhamento por ronda e fotos. Destacou-se que o estatuto atual permite descarte com até 24h de antecedência, o que é apontado como fator problemático e passível de revisão futura. O morador Sr. José Líbio de Moraes Matos destacou o tempo excessivo em que os postes na entrada da Amorville ficaram apagados ressaltando que tanto o posteamento quanto o cabeamento são de propriedade da Amorville e não da Neoenergia/CEB e que um dos postes foi derrubado por uma moradora, tendo a Administração a obrigação de cobrar sua substituição. O Presidente da Assembleia tomou a palavra para informar que a Administração da Amorville vinha realizando reuniões informais na sede da Associação para o trato de diversos assuntos de interesse dos moradores, mas que não vinha contando com quórum satisfatório, conclamando os moradores a participarem dessas reuniões, cujas matérias poderiam pautar Assembleias futuras. O Presidente da Mesa agradeceu a presença dos associados, ressaltou a importância da participação nas Assembleias e do engajamento comunitário, e declarou encerrada a reunião às 22h47.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente informou aos presentes que seis (6) dos associados se fizeram representar por procuração e solicitou à Secretária o lavramento da presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada por ambos.

Para assistir à transmissão na íntegra da Assembleia, acesse o link: https://youtube.com/live/Ou0TXfOhQxw

Brasília (DF), 14 de agosto de 2025.

Reinaldo Magalhães Redorat

Presidente

Cecília Vianna

Secretária



CARTORIO DO 1º OFICIO DE
REGISTRO CIVIL
Diogenes Adriano de Lima Souze
Escrevente Substituto

1º Ottobe de Bracilia - Of Nº de Protrocció a Registro 189390